

RECRUSUL S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, de componentes e equipamentos para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e condicionamento de ar; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas inerentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo conselho de administração no dia 25 de março de 2014.

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e padrões internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB- *International Accounting Standards Board* e IFRS- *International Financial Reporting Standards* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Bases de Preparação e Consolidação

No balanço patrimonial individual, as participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

3.7 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte.

3.8 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

3.11 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.12 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.12.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.13 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.14 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.16 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.17 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.18 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 – CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Clientes Nacionais	5.103	3.956	5.507	3.803
Clientes exportação	-	2	-	2
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosas	-	-	(396)	(396)
Total Líquido a Receber	5.103	3.958	5.111	3.409

NOTA 05 – ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Produtos Prontos	1.128	711	1.128	711
Produtos em Processo	4.314	2.040	4.314	2.040
Matéria-Prima	4.168	4.216	4.168	4.216
Materiais Diversos	748	836	5.618	5.707
Total Líquido a Receber	10.357	7.803	15.228	12.674

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2013		31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2013		31 de Dezembro de 2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR e CSLL Diferido	-	23.599	-	12.480	-	23.599	-	12.579
PIS Processo a Recuperar	-	1.150	-	3.238	-	1.150	-	3.188
IPI Processo a Recuperar	-	1.815	-	1.775	-	1.815	-	1.726
IPI a Compensar	667	-	463	-	667	-	461	-
IR a Recuperar	296	-	296	-	498	-	495	-
ICMS a Recuperar	91	-	139	-	91	-	138	-
Pis a Recuperar	-	-	-	-	15	-	17	-
Cofins a Recuperar	4	-	5	-	106	-	104	-
IRPJ a Recuperar	-	-	-	-	-	-	1	-
CSLL a Recuperar	-	-	-	-	1	-	3	-
Outros Imp.a Recuperar	-	-	-	-	56	-	58	-
Total	1.058	26.564	903	17.493	1.434	26.564	1.277	17.493

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ diferido	17.715	9.448
CSLL diferida	5.884	3.032
Total	23.599	12.480

O registro contábil efetuado está lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estão fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano, extensamente detalhado, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e prevê incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade

fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos e conseqüente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Nestes demonstrativos fica evidenciada a capacidade da Companhia em gerar lucros e excedentes financeiros suficientes para fazer frente aos pagamentos decorrentes da atividade operacional e do Plano de Recuperação. Os créditos tributários previstos têm a seguinte expectativa de realização:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Valores-R\$ Mil	1.303	2.544	5.202	5.603	7.326	9.903	17.025	18.102	17.884	20.650	20.428	125.970

PIS A RECUPERAR

Processo de crédito de PIS reconhecido judicialmente, no qual, foi deferida a compensação com outros tributos federais. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública, a mesma reconheceu que o interessado, Recrusul, faz jus ao crédito pleiteado e anui aos cálculos dos valores apresentados. Em abril de 2013, houve compensação de parte deste crédito, ou seja, R\$ 2.108 mil com débitos do parcelamento da Lei 11.941/09.

IPI PROCESSO

Processo administrativo tributário 11065.002534/2002-11 e ação ordinária n. 1999.71.000.08872-9 em decorrência de classificação fiscal do produto carrocerias, no qual pleiteamos a restituição de IPI e/ou compensação.

IPI A COMPENSAR

Crédito em decorrência das alíquotas de IPI das operações normais da empresa. Este crédito foi 60% compensado com outros tributos federais em 2011 através da apresentação de perdcomps. Este mesmo procedimento será adotado no 3º trimestre de 2013 para compensar o atual saldo credor de IPI.

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Créditos com Controladas	Ativo Circulante	-	17	-	17	-
Débitos com Controladas	Passivo Não Circulante	-	-	197	197	188

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.964
Patrimônio Líquido	(10.144)	(20.904)	860	(30.188)	(16.162)
% de Participação No Capital Votante	99,57	70,83	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(987)	(2.528)	18	(3.497)	(2.487)
Saldo Inicial em 31/12/2012	1.345	14.463	799	16.607	10.565
Equivalência Patrimonial	(969)	(1.792)	17	(2.743)	(231)
Adições Investimentos	-	-	-	-	6.272
Ajuste Valor Patrimonial IFRS	-	-	-	-	1
Baixa Investimentos	(376)	(12.671)	-	(13.048)	-
Saldo Final em 31/12/2013	-	-	816	816	16.607
Saldo de Outros Investimentos				120	120
Saldo Total de Investimentos				936	16.727

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora						
Descrição	31 de Dezembro de 2012	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciações	31 de Dezembro de 2013
Imóveis	24.572	-	(1.384)	-	-	23.188
Máquinas e Equipamentos	4.003	12	(80)	-	(407)	3.528
Veículos	39	-	-	-	(19)	20
Móveis e Utensílios	1	1	-	-	-	2
Processamento de Dados	43	4	-	-	(26)	21
Instalações/Ferramentas	260	-	-	-	(31)	229
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	29.301	17	(1.464)	-	(483)	27.371
Intangível	116	155	(57)	-	(40)	174
TOTAL com Intangível	29.417	172	(1.521)	-	(523)	27.545
Consolidado						
Descrição	31 de Dezembro de 2012	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciações	31 de Dezembro de 2013
Imóveis	29.955	-	(1.384)	-	-	28.571
Máquinas e Equipamentos	4.003	12	(80)	-	(407)	3.528
Veículos	39	-	-	-	(19)	20
Móveis e Utensílios	1	1	-	-	-	2
Processamento de Dados	43	4	-	-	(26)	21
Instalações/Ferramentas	260	-	-	-	(31)	229
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	34.684	17	(1.464)	-	(483)	32.754
Intangível	117	155	(57)	-	(40)	175
TOTAL com Intangível	34.801	172	(1.521)	-	(523)	32.929

Despesas com Depreciação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Custo de Produção	402	428	402	428
Despesas Administrativas	119	128	119	128
Despesas com Vendas	2	3	2	3
Total	523	559	523	559

NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Fornecedores	6.096	5.932	6.123	5.406
(-) AVP - Fornecedores	(47)	(94)	(47)	(94)
Total	6.049	5.838	6.076	5.312

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. A taxa mensal arbitrada calculada foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 47 mil.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m%
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	330	330	a)
Empréstimos Bancários	7.364	7.818	7.364	7.818	b)
Fomento Mercantil	-	-	-	-	3,00%
TOTAL	7.694	8.148	7.694	8.148	
Total Circulante	1.717	6.523	1.717	6.523	
Total Não Circulante	5.977	1.625	5.977	1.625	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Impostos no Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
IRRF a Recolher	306	319	350	633
IRPJ a Recolher	223	231	577	368
IOF a Recolher	16	132	52	187
PIS a Recolher	145	105	145	125
COFINS a Recolher	3.326	2.581	3.326	2.581
FGTS a Recolher	2.589	850	3.189	1.394
INSS a Recolher	11.035	9.065	11.523	9.623
INSS Retido	428	142	430	142
Contribuição Sindical a Recolher	12	42	74	56
ICMS a Recolher	7.781	6.747	11.027	9.545
IPTU a Recolher	1.558	1.215	1.558	1.215
ISS a Recolher	620	465	622	467
Provisões Tributárias	440	204	446	204
TOTAL IMPOSTOS	28.479	22.099	33.319	26.540
Obrigações Fiscais Federais	18.520	13.672	20.112	15.171
Obrigações Fiscais Estaduais	7.781	6.747	11.027	9.545
Obrigações Fiscais Municipais	2.178	1.680	2.180	1.682
TOTAL IMPOSTOS	28.479	22.099	33.319	26.398

b) Impostos no Não Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
FGTS a Recolher	-	1.532	-	1.532
INSS a Recolher	797	463	798	463
TOTAL IMPOSTOS	797	1.995	798	1.995

O débito de INSS (Circulante e Não Circulante) foi oriundo de parcelamento ordinário junto ao INSS e que serão pagos em 60 meses.

c) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Referem-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela Adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

NOTA 13 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante)

O Plano de Recuperação Judicial da Recrusul S.A. (processo n.º 035/1.06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz. Além da controladora, as controladas Refrisa S/A e Refrima S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Exmo. Senhor Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul, salientando em relatório sumário, que foram cumpridos todos os requisitos legais essenciais ao processamento da recuperação, bem como cumpridas as obrigações constantes do plano aprovado em assembléia-geral. A íntegra da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos do Plano de Recuperação Judicial totalizam em 31 de dezembro de 2013 R\$18.077 mil na controladora, atualizado com juros de 6% a.a, sem correção monetária.

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA

Descrição	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	551	5.067	5.618	555	5.995	6.550
Inst. Financeiras	1.088	2.683	3.771	1.075	2.545	3.620
Quirografários	3.178	5.893	9.071	3.259	5.588	8.847
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(383)	(383)	-	(711)	(711)
TOTAL	4.817	13.260	18.077	4.889	13.417	18.306

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO

Descrição	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	737	5.443	6.180	740	6.371	7.111
Inst. Financeiras	1.088	2.683	3.771	1.075	2.544	3.619
Quirografários	3.720	7.066	10.786	3.799	6.694	10.493
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(466)	(466)	-	(791)	(791)
TOTAL	5.545	14.726	20.271	5.614	14.818	20.432

NOTA 14 - PARCELAMENTO LEI 11.941

PARCELAMENTO LEI 11.941/09	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Passivos Tributários Objeto da Lei 11.941	37.107	37.107	82.285	82.285
Reduções Previstas na Lei 11.941 (180 meses)	(8.769)	(8.769)	(24.129)	(24.129)
Total da Dívida com Redução	28.338	28.338	58.156	58.156
Multas e juros c/ possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(9.477)	(9.477)	(15.093)	(15.093)
Atualização Selic pós Consolidação	4.397	3.200	10.978	7.624
Pagamentos Lei 11.941/09	(2.570)	(462)	(2.886)	(778)
Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal	20.688	21.599	51.155	49.909
Valor da Dívida CIRCULANTE	6.577	4.987	11.383	8.853
Valor da Dívida NÃO CIRCULANTE	14.111	16.612	39.772	41.056
Valor Prestação mensal (180 meses)	210	202	373	359

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, formalizaram a opção pelo parcelamento em 180 meses destes e de demais débitos tributários federais anteriores a novembro de 2008.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social e Direito das Ações

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$ 72.000 mil, representado por 78.179 mil ações ordinárias e 155.124 mil ações preferenciais, totalizando 233.303 mil ações sem valor nominal.

15.2 Efeito Decorrente de Investimentos em Controladas

Corresponde ao reconhecimento no exercício de 2013 do efeito de ajustamento de investimento em controlada.

NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As principais coberturas são as seguintes:

Descrição	Risco Coberto	Valores Cobertos	
		31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
Prédios, estoques, máquinas	Incêndio, raio, explosão	22.400	22.400
Prédios, estoques, máquinas	Danos Elétricos.	380	380
Prédios, estoques, máquinas	Vendaval	1.000	1.000
Veículos	Acidentes Pessoais, Danos Materiais	230	260
Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos Eletrônicos	200	200
TOTAL		24.210	24.240

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

NOTA 18 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
Custo	Remuneração Direta	(1.955)	(1.110)	(1.955)	(1.110)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(10.724)	(7.429)	(10.724)	(7.510)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(1.391)	(868)	(1.391)	(868)
Custo	Custos com Depreciação	(273)	(186)	(273)	(186)
Custo Total de Produção		(14.343)	(9.593)	(14.343)	(9.674)
Despesa	Comissões	(959)	(318)	(959)	(318)
Despesa	Assistência Técnica	(57)	(5)	(57)	(5)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	(347)	(147)	(347)	(147)
Total das Despesas de Vendas		(1.363)	(470)	(1.363)	(470)
Despesa	Remuneração Direta	(873)	(1.194)	(873)	(1.194)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(739)	(741)	(739)	(741)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(119)	(129)	(119)	(131)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(459)	(501)	(459)	(501)
Despesa	Outras Despesas	(755)	(348)	(755)	(348)
Total das Despesas Administrativas		(2.945)	(2.913)	(2.945)	(2.915)
Receita	Despesas Recuperadas	-	23	-	23
Receita	Outras Receitas Operacionais	-	161	-	162
Total Outras Receitas Operacionais		-	184	-	185
Despesa	Despesas com Atualizações	(396)	(130)	(396)	(130)
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(890)	(2.870)	(904)	(3.007)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(184)	(795)	(184)	(795)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(1.772)	(2.803)	(1.772)	(2.803)
Outras Despesas Operacionais		(3.242)	(6.598)	(3.256)	(6.735)
Total Custos e Despesas		(21.893)	(19.390)	(21.907)	(19.609)

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Tipo	Descrição	2013	2012	2013	2012
Receita	Descontos Recebidos	1	33	1	33
Receita	Juros e Encargos Recebidos	65	102	65	102
Receita	Variações Cambiais Ativas	-	128	17	174
Receita	Outras Receitas Financeiras	65	-	65	-
Total Receitas Financeiras		131	263	148	309
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(806)	(972)	(806)	(972)
Despesa	Correção Parcelamento Lei 11.941	(1.340)	(1.420)	(1.340)	(1.454)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(1.877)	(903)	(4.642)	(2.915)
Despesa	Despesas com Juros de Capital de Giro	(3.453)	(2.425)	(3.453)	(2.692)
Despesa	Despesas Bancárias / IOF / Cobranças	(114)	(87)	(114)	(87)
Despesa	Despesas com AVP Fornecedores	(47)	41	(47)	40
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(196)	(218)	(196)	(218)
Total Despesas Financeiras		(7.833)	(5.984)	(10.598)	(8.298)
Resultado Financeiro Líquido		(7.702)	(5.721)	(10.450)	(7.989)

NOTA 20 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Descrição		2013	2012	2013	2012
Ociosidade		1.772	2.803	1.772	2.803
Reversão de Deságios com Impostos		396	130	396	130
Provisões Trabalhistas e Outros		1.074	3.665	1.088	3.802
Total		3.242	6.598	3.256	6.735

NOTA 21 - CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Nota Explicativa 08 foi eliminada, na consolidação, os saldos de ativos e passivos entre as empresas, os valores das transações comerciais e os resultados não realizados intercompanhias. A participação dos acionistas minoritários encontra-se destacada nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados não realizados nas operações estão demonstrados na Nota Explicativa 22.

NOTA 22– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

		Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
Descrição		2013	2012	2013	2012
Controladora		(7.715)	(10.212)	(39.720)	(31.906)
Imóveis		-	-	(2.680)	(2.680)
Ajustes IFRS		-	-	8.296	10.756
Participação dos Não Controladores		(22)	(6)	(187)	22
Negativo de Controlada		3	(330)	(39.670)	(19.520)
Consolidado		(7.734)	(10.548)	(73.961)	(43.328)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013.

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	2013	2012
Ações Ordinárias	78.179	78.179
Ações Preferencias	155.124	155.124
Total Ações Emitidas	233.303	233.303

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de prejuízo básico e diluído por ação.

Controladora	2013	2012
Lucro (prejuízo) do exercício	(7.715)	(12.490)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	(0,33510)	(0,15980)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(0,66490)	(0,08050)

NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A empresa atua na área metal-mecânica com produtos que abrangem soluções customizadas em Implementos Rodoviários. Desta forma, praticamente a integralidade das receitas no último exercício social constitui-se em um único segmento operacional, de forma que a Demonstração do Resultado do Exercício já esta adequada aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09.

NOTA 25 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2013 no montante de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 31 de dezembro de 2013). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$ 13,5 milhões e R\$ 595 mil, no qual este já teve decisão favorável sobre o mesmo assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Bernardo Flores – Vice-Presidente

Antonio Carlos de Godoy Buzaneli - Conselheiro

Rasso Cauby Lamprecht - Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Bernardo Flores - Diretor Vice-presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Fabiana Bolgenhagen - Contadora CRC-RS 072807 - CPF 674.213.770-34